



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141436 - PR (2021/0012772-0)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**RECORRENTE** : DIONY ROBERT DA CONCEIÇÃO  
**ADVOGADOS** : DIONY ROBERT DA CONCEIÇÃO E OUTRO(S) - PR043235  
RULLYAN FELIPE MOURA - PR090165  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DIONY ROBERT DA CONCEIÇÃO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC N. 0060511-45.2020.8.16.0000) assim ementado (fl. 121):

*HABEAS CORPUS. APURAÇÃO DO CRIME DE DENÚNCIAÇÃO CALUNIOSA (ARTIGO 339 DO CÓDIGO PENAL). INÉPCIA DA DENÚNCIA. ALEGADA AUSÊNCIA DE CLAREZA NA PEÇA ACUSATÓRIA E AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA SOB O ARGUMENTO DE QUE NÃO HOVE MOVIMENTAÇÃO DA MÁQUINA JUDICIÁRIA EM FACE DAS VÍTIMAS. EXORDIAL QUE APRESENTA OS REQUISITOS DO ARTIGO 41 DO CPP. DESCRIÇÃO DO FATO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. ELEMENTOS QUE ENSEJAM O PROSSEGUIMENTO DE PROCESSO-CRIME. INDÍCIOS DE MATERIALIDADE E AUTORIA PRESENTES NOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE, ENTRETANTO, DE ANÁLISE PROBATÓRIA EM HABEAS CORPUS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.*

O recorrente insiste na inépcia da denúncia e na ausência de justa causa, argumentando que não estão descritos, de modo suficiente, os possíveis fatos ilícitos que lhe são atribuídos, que seriam, em verdade, atípicos.

Requer, liminarmente, a suspensão do processo penal. No mérito, pugna pelo provimento do recurso para trancar a ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto encontra-se o acórdão atacado, em princípio, em harmonia com a jurisprudência desta Corte, quando concluiu pelo afastamento da inépcia da denúncia e pela impossibilidade de trancamento da ação penal.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência